No presente caso, a data de apuração inicial, considerada para fins de exclusão, é 01 de agosto de 2015. Esclarecimentos adicionais, se necessários, poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Juiz de Fora, sito à Rua Halfeld, n.º 422 – Centro – Juiz de Fora – MG. Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2018. Alexandre de Castro Lima Delegado Fiscal de Trânsito, em exercício - DFT/2º Nível/Juiz de Fora SRF I / JUIZ DE FORA - DFT 2º NÍVEL/JUIZ DE FORA INTIMAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, fica(m) o(s) autuado(s) abaixo identificado(s) intimado(s) a promover (em), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento ou a impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/MG -, favorável à Fazenda Pública Estadual.

Auto de Infração nº 01.001161951-67 Autuados: Tania Maria 02586318641 IE: 001.567793.00-40, CNPJ: 11.705.257/0001-65, Rua Portugal, 525, Box 153, Glória, Contagem-MG, e Tania Maria, CPF: 025.863.186-41 Rua Candéias, 720, Eldorado, Contagem-MG.

Fica o contribuinte ora identificado, optante pelo Simples Nacional previsto na lei Complementar nº 123/2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, notificado, também, de que foi iniciado, através do Termo de Exclusão do Simples Nacional nº 11705257/05367210/191118, lavrado em 19/11/2018, o processo de sua exclusão, de ofício, do referido Regime, em virtude do cometimento de irregularidades descritas no Auto de Infração nº 01. 001161951-67. A presente exclusão decorre da constatação de prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e de falta de emissão regular de documento fiscal de venda de mercadoria, de forma reiterada, nos termos do que prevê o art. 29, incisos V e XI, §§ 1º e 3º, da citada Lei Complementar, assim como o art. 76, inciso IV, alíneas “d” e “j”, §§ 3º e 6º, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 2011. Para tanto, e conforme o disposto no art. 75, §§ 1º e 2º, da Resolução CGSN nº 94/2011, fica o contribuinte supra citado notificado do presente Termo de Exclusão do Simples Nacional, o qual poderá, em consonância com o disposto no art. 29, §§ 5º e art. 39, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, c/c os artigos 117 a 119 do RPTA/MG (Decreto nº 44.747/2008), apresentar Impugnação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, dirigida ao Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/MG. Tal impugnação poderá constar da mesma peça impugnatória do Lançamento de ofício referente ao Auto de Infração acima mencionado. Não havendo impugnação ao presente Termo de Exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 76, Inciso IV, alíneas “d” e “j”, c/c §§ 3º e 6º, inciso I, todos da Resolução CGSN nº 94/2011. No presente caso, a data de apuração inicial, considerada para fins de exclusão, é 01 de março de 2013. Esclarecimentos adicionais, se necessários, poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Juiz de Fora, sito à Rua Halfeld, n.º 422 – Centro – Juiz de Fora – MG. Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2018. Alexandre de Castro Lima Delegado Fiscal de Trânsito, em exercício - DFT/2º Nível/Juiz de Fora

SRF I / JUIZ DE FORA - DFT 2º NÍVEL/JUIZ DE FORA INTIMAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, fica(m) o(s) autuado(s) abaixo identificado (s) intimado(s) a promover (em), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento ou a impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/MG -, favorável à Fazenda Pública Estadual.

Auto de Infração nº 01.001167741-59 Autuado: VV Lourdes Comercio de Calçados e Acessórios Eireli, IE: 002.912930.00-37, CNPJ: 27.097.360/0001-00, Rua Santa Catarina, 1216, Loja 3, Lourdes, Belo Horizonte-MG. Esclarecimentos adicionais, se necessários, poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Juiz de Fora, sito à Rua Halfeld, n.º 422 – Centro – Juiz de Fora – MG. Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2018. Alexandre de Castro Lima Delegado Fiscal de Trânsito, em exercício - DFT/2º Nível/Juiz de Fora

SRF I / JUIZ DE FORA - DFT/2º NÍVEL/JUIZ DE FORA INTIMAÇÃO

Fica(m) o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), por estar(em) em local ignorado, incerto ou inacessível, intimado da lavratura do(s) Auto(s) de Infração infra citado(s). Informamos que e de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o prazo para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, com as reduções legais.

Comunicamos que não cabe impugnação em relação à(s) peça(s) fiscal (is) em referência por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa e que a falta de pagamento ou parcelamento nos termos desta intimação, implicará inscrição em dívida ativa e cobrança judicial. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Juiz de Fora, sito à Rua Halfeld, n.º 422 – Centro – Juiz de Fora – MG. Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2018. Alexandre de Castro Lima Delegado Fiscal de Trânsito – Em exercício DFT/2º Nível/Juiz de Fora

SRF II - Varginha

DELEGACIA FISCAL DE TRÂNSITO 2º NÍVEL POUSO ALEGRE COMUNICADO Nº 005/18

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da empresa: JAMAL TRANSPORTES EIRELI IE 0031036460037 CNPJ 29364004000130 Endereço: Avenida Flamboyant, 616 Bairro Carneiros Piranguinho - MG Motivo: Documento Fiscal autorizado, emitido por contribuinte que tenha obtido inscrição estadual ou alteração cadastral com utilização de dados falsos. Base Legal: Base legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.5.”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “e”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados que possam ter sido emitidos. Ato Declaratório nº 11.525.210.000031, de 07/11/2018 Pouso Alegre, 07 de dezembro de 2018. João Bosco de Santana - Delegado Fiscal de Trânsito

Delegacia Fiscal de Trânsito 2º Nível Pouso Alegre COMUNICADO Nº 006/18

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da empresa relacionada a seguir: BESTNEWPRINT COMERCIO ELETRÔNICO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS EIRELI IE 0031600220070 CNPJ 30047764000101 Endereço: Avenida Flamboyant, 616, B Bairro Carneiros PIRANGUINHO- MG Motivo: Documento Fiscal autorizado, emitido por contribuinte que tenha obtido inscrição estadual ou alteração cadastral com utilização de dados falsos. Base Legal: Base legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.5.”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “e”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados que possam ter sido emitidos. Ato Declaratório nº 11.525.210.000032, de 07/11/2018 Pouso Alegre, 07 de dezembro de 2018. João Bosco de Santana - Delegado Fiscal de Trânsito

SRF-IV/VARGINHA-AF/2ºN/POÇOS DE CALDAS INTIMAÇÃO

Ficam os contribuintes, intimados a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento/impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento de crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CC/MG favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro, Poços de Caldas MG. CEP: 37.701-704. PTA 01.001110605.06

Sujeitos Passivos: ORIGINAL MOTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS EIRELI – I.E. 001093508.00-90, CNPJ 10.388.922/0001-71 – Avenida Dom Pedro II, nº 3239, Bairro: Monsenhor Messias, Belo Horizonte/MG – CEP 30.720-460 e LIARA MICHELLE SANTOS, CPF 047.947.406-03, Rua Paratuna, 294, Serrano, Belo Horizonte/MG - CEP 30882-410. Poços de Caldas, 10 de dezembro de 2018. Paulo Henrique de Souza

Chefe/AF/2º Nível/ Poços de Caldas – Masp 309.074-3

SRF-II/Varginha-DFT/Poços de Caldas NOTIFICAÇÃO

Fica a empresa acima identificada, optante pelo Simples Nacional previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, ciente de que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do referido Regime, autorizado no art. 28 e no § 5º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006, c/c art. 83, II, da Resolução CGSN nº 140, de 2018, em virtude do cometimento da irregularidade abaixo descrita, conforme discriminado no Auto de Infração nº 01.001110605-06, no qual este termo segue apensado.

A presente exclusão de ofício decorre da constatação de prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e de falta de emissão regular de documento fiscal de venda de mercadorias, de forma reiterada. Este procedimento fundamenta-se no art. 29, inciso V e XI, §§ 1º e 3º da citada Lei Complementar, com efeitos previstos no art. 84, inciso IV, alíneas “d” e “j”, §§ 3º e 6º, inciso I da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

Para tanto, nos termos do art. 83, §§ 1º e 2º, da Resolução CGSN nº 140, de 2018, fica a empresa acima identificada notificada do presente TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, podendo apresentar Impugnação, por escrito, dirigida ao Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, em consonância com o § 5º do art. 29 e o art. 39, ambos da Lei Complementar nº 123, de 2006, c/c os artigos 117 a 119 do RPTA/MG (Decreto nº 44.747/2008).

A Referida Impugnação poderá constar da mesma peça impugnatória do lançamento de ofício referente ao Auto de Infração acima mencionado. Na hipótese de impugnação, esta deverá ser apresentada pessoalmente ou por via postal com aviso de recebimento, na Administração Fazendária a que estiver circunscrito o Contribuinte. Não havendo impugnação ao presente Termo de Exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo, observando-se, quanto aos efeitos da exclusão, o disposto no art. 84, inciso IV, alínea “j”, no § 3º da Resolução CGSN nº 140, de 2018. No presente caso, a data de apuração inicial considerada para fins de exclusão será 01/09/2013. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro, Poços de Caldas – MG. CEP: 37.701-704

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 10388922/11518210/141118

Sujeitos Passivos: ORIGINAL MOTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS EIRELI – I.E. 001093508.00-90, CNPJ 10.388.922/0001-71 – Avenida Dom Pedro II, nº 3239, Bairro: Monsenhor Messias, Belo Horizonte/MG – CEP 30.720-460 e LIARA MICHELLE SANTOS, CPF 047.947.406-03, Rua Paratuna, 294, Serrano, Belo Horizonte/MG - CEP 30882-410. Poços de Caldas, 10 de dezembro de 2018. Alice Mitie Moriki - AFRE MASP 668.418-7 Roberto da Silva Durães

Delegado Fiscal de Trânsito/DFT/Poços de Caldas – MASP 668.407-0

10 1173924 - 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG

Presidente: José Miguel Lamounier

RESOLUÇÃO Nº RD/01/2018.

Institui, no âmbito da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, o programa de prevenção e combate ao assédio moral no trabalho.O Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso XXV, do artigo 9º, do Decreto Estadual nº 45.790, de 01 de dezembro de 2011, e o Decreto Estadual nº 47.528, de 12 de novembro de 2018, considerando o disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG/JUCEMG nº 5.112, de 16/03/2018 define a necessidade de instituir programa com a finalidade de prevenir e combater o Assédio Moral, pautado pelas medidas prioritárias contidas no Art. 4º do Decreto nº 47.528, de 12 de novembro de 2018, considerando o Acordo firmado em 08/03/2018, entre a Secretaria de Estado de Fazenda e a Associação dos Servidores da JUCEMG – ASJUC, bem como as ações voltadas por esta Autarquia para a capacitação como um de seus pilares a promoção de mecanismos que garantam a valorização do servidor,considerando que a prevenção e a punição à prática de assédio moral por agente público estão inseridas na política de saúde ocupacional do Poder Executivo Estadual, visando garantir a segurança e a saúde do servidor,Resolve:Art. 1º Institui, no âmbito da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, com base nos seguintes princípios: I - valoriza- ção dos integrantes da JUCEMG, promovendo o respeito à diversidade,

à cooperação e ao trabalho em equipe, entre dirigentes, servidores e colaboradores;II - conscientização dos integrantes da instituição sobre a necessidade de construção de um ambiente de trabalho saudável; e III - promoção de valores éticos, morais e legais. Parágrafo único – A gestão do Programa será exercida por um comitê-gerente composto pelos gestores da Gerência de Recursos Humanos – GRH, da Assessoria de Comunicação Social, da Escola Permanente e de um representante da Associação dos Servidores da Junta Comercial – ASJUC, sob a coordenação do primeiro.Art. 2º O Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral constitui-se de um conjunto de ações orientadas para contribuir para a prevenção e combate à prática de assédio moral, dentre outras que se fizerem necessárias:I - inserção de módulo específico sobre saúde ocupacional e assédio moral nas relações de trabalho nos cursos de desenvolvimento gerencial e para os servidores; II - treinamento para servidores que atuam na Gerência de Recursos Humanos, com conteúdo que possibilite identificar as condutas caracterizadas como assédio moral, promover o acolhimento das vítimas, prestar orientações à vítima e ao agressor, difundir e implementar medidas preventivas e incentivar a conciliação entre as partes envolvidas;III - realização de cursos de capacitação em conciliação para os servidores que atuam na Gerência

de Recursos Humanos e para os representantes da Associação dos Servidores da Junta Comercial – ASJUC, visando à difusão da cultura do diálogo na Administração Pública;IV - promoção de debates e palestras, rodas de conversa, produção de cartilhas e material gráfico informativo, videoconferências e fóruns, dentre outros meios de sensibilização para a temática, em contínuo processo educacional de prevenção contra a prática de assédio moral.Parágrafo único - O conteúdo programático do Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral abordará temáticas relacionadas às dimensões individuais, psicossocial e organizacional. Art. 3º A coordenação do Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral apresentará, anualmente, no mês de fevereiro, ao Presidente da JUCEMG, para validação, um cronograma das atividades.Art. 4º A Administração da Jucegem atuará diretamente com as frentes de prevenção ao assédio moral e trabalhará na promoção, integração e efetivação de ações e no desenvolvimento de culturas preventivas e de combate ao assédio moral.Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2018.José Miguel Lamounier. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

07 1173265 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretário: Germano Luiz Gomes Vieira

Expediente

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 18 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede posicionamento no segundo grau de ingresso na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
ALINE DE ALMEIDA COTA	12461174	GAMB	I	A	I	B	03/11/2018
ARIANE ALZAMORA LIMA	14035240	GAMB	I	A	I	B	17/11/2018
CARLOS FREDERICO BASTOS QUEIROZ	14036859	GAMB	I	A	I	B	15/11/2018
EVANDRO RONAN DE ALMEIDA	14021802	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
FERNANDA MOREIRA CAMPOS DE ANDRADE	13964069	GAMB	I	A	I	B	03/11/2018
GERALDO MATHEUS SILVA FONSECA	14035810	GAMB	I	A	I	B	18/11/2018
GISELLE BORGES ALVES	14020762	GAMB	I	A	I	B	10/11/2018
JOSE LUIZ DA SILVA	14026991	TAMB	I	A	I	B	08/11/2018
KAMILA RODRIGUES RIBEIRO	14016687	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
KARLA BRANDAO FRANCO	14015259	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
LEANDRO PADUA DE OLIVEIRA	14034177	GAMB	I	A	I	B	08/11/2018
LORENA SOARES LAIA CABRAL	14021992	GAMB	I	A	I	B	09/11/2018
LUCIANO MACHADO DE SOUZA RODRIGUES	14037105	GAMB	I	A	I	B	15/11/2018
MARCOS VINICIUS DE LIMA SOUZA	13177886	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
MARIELLE FERNANDA TAVARES	14016802	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
PEDRO GUSTAVO ULISSES FREDERICO	14036164	GAMB	I	A	I	B	15/11/2018
RAFAEL AMARAL BRANT MACHADO	11313533	GAMB	I	A	I	B	10/11/2018
REJANE MARIA DA SILVA SANCHES	14014989	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
RENATA DE OLIVEIRA SANTANA	14026579	GAMB	I	A	I	B	02/11/2018
SIMONE FREIRE DE LIMA PLASTINA	14022628	GAMB	I	A	I	B	03/11/2018

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 18 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede posicionamento no segundo grau de ingresso na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
BRUNO DANIEL ARTICO DE BRAGANTE	14027643	GAMB	I	A	I	B	04/11/2018
GILMAR COELHO DA SILVA	8497448	TAMB	I	A	I	B	29/11/2018
REINALDO SILVERIO DE ALMEIDA	14025985	TAMB	I	A	I	B	08/11/2018
TARCISIO MACEDO GUIMARAES	14039986	GAMB	I	A	I	B	29/11/2018
WAGNER MASSOTE MAGALHAES	14034854	GAMB	I	A	I	B	25/11/2018
WELLINGTON AVELAR DE SOUZA E SILVA	14038640	GAMB	I	A	I	B	22/11/2018
WILTON DE PINHO BARBOSA	14051205	GAMB	I	A	I	B	26/11/2018

10 1174001 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/SEDECTES Nº 2.728, de 28 de novembro de 2018.

Altera a Resolução Conjunta Semad/Seledes nº 2.627, de 24 de abril de 2018, que institui o Núcleo de Gestão Ambiental na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e dá outras providências.

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Secretário de Estado Adjunto, no exercício do cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, no uso da atribuição que lhes confere o inciso III do §1º do artigo 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, RESOLVEM: Art. 1º – As alíneas “a”, “b” e “c” do caput do art. 2º da Resolução Conjunta Semad/Seledes nº 2.627, de 24 de abril de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentada o acaput do artigo, a seguinte alínea “d”:

- Art. 2º – (...)
- a) Luiz Mario de Andrade Pádua, Masp nº 1.468.060-7;
- b) Daniel Rennó Tennewerth, Masp nº 7.527.286, que exercerá a função de coordenação;
- c) Valéria Lúcia de Oliveira Freitas, Masp nº 1.036.396-8;
- d) Marcus Manoel Fernandes, Masp nº 1.036.397-6.”

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2018. Germano Luiz Gomes Vieira - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Vinicius Barros Rezende - Secretário de Estado Adjunto no exercício do cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

07 1173209 - 1

Atos assinados pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.467, de 13 de fevereiro de 2017 – Diogo Soares de Melo Franco.

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, aos servidores: GUILHERME FERRARI ATHAYDE, MASP 1.367.613-5, a partir de 11/09/2018; MARINA FERREIRA DE MELO, MASP 1.365.390-2, a partir de 26/09/2018;

NATHALIA MILAGRE HAZAN, MASP 752.470-5, a partir de 15/10/2018; PRISCILA BARROSO DE OLIVEIRA, MASP 1.379.370-1, a partir de 24/08/2018.

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201, da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, dos servidores: MASP 1.261.639-7, FREDERICO JUNQUEIRA SINGULANO, a partir de 27/09/2018; MASP 1.193.838-8, MARCELO DE SOUZA CERQUEIRA, a partir de 07/10/2018.

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, às servidoras: MASP 1.271.024-0, LUIZA CRISTIANNE FERREIRA VIEIRA, a partir de 01/10/2018; MASP 1.365.408-2, TAMILA CALIMAN BRAVIN, a partir de 05/11/2018.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE, nos termos do Inciso XIX do art. 7º, c/c o § 3º do art. 39 da CF/1988 e § 1º do art. 10 da ADCT da CR/1988, por cinco dias ao servidor THIAGO DE OLIVEIRA MOREIRA, MASP 1.390.187-1, a partir de 12/10/2018.

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do parágrafo §1º do art. 115, do ADCT, da CE/1989, à servidora: Masp 1.021.305-6, LUCIANA LIMA DE MAGALHAES, referente ao 4º quinquênio, a partir de 10/11/2018.

10 1174000 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Presidente: Germano Luiz Gomes Vieira

A Diretora Regional de Administração e Finanças da Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme ato de delegação SUPRAM TMAP/SEMAD nº01 de 23/01/2017, torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

- 1. Heder Augusto Davi Ramos / Fazenda Paraíso / Mat. 92.848, 92.849, 92.851 e 92852, – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos de agrossilvopastoris, exceto horticultura; criação de bovino, bubalinos, eqüinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; – Patos de Minas/MG - PA nº 08863/2018/001/2018. 2. João Alberto Mendonça / Fazenda Bom Jardim / Mat. 18.077, 105.077, 96.397, 106.575 e 107.185. – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo. – Uberlândia/MG – PA nº 11284/2014/002/2018 CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: 3. Cascalho do Cerrado Ltda – ME. – DNPM – 832.411/2009 / Mat. 89.248 – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. – Uberlândia / MG. – PA nº 20007/2009/004/2018, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: 4. Mauro Ferreira de Resende/Fazenda Japão e Catingueiros – Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento – Estrela do Sul/MG. – PA nº 32768/2012/003/2018. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. (a) Ilma Soares da Silva, Diretora Regional de Administração e Finanças da Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

10 1173848 - 1

A Diretora Regional de Controle Processual da Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM TMAP, designada para responder pela SUPRAM TMAP, conforme Ato do Governador publicado no Diário Oficial em 12/04/2018, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas:

- 1. Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA – Estação de Tratamento de Esgotos – ETE Fronteira – Estação de tratamento de esgoto sanitário - Fronteira/MG – PA nº 20398/2017/001/2018. 2. Silvia Araújo Cenci/Fazenda Macaúbas de Baixo Mat. 45.819 – Suinocultura, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, eqüinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo – Patrocinio/MG – PA nº 15932/2014/002/2017. 3. Laticínios Silva e Oliveira Ltda (Ex. Hebrum Produtos do Laticínio Ltda – EPP - Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido – Patos de Minas/MG – PA nº 00651/2004/005/2018. 4. Ricardo dos Santos Fosta/JR Comercio De Combustíveis E Conveniência Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – Uberlândia/MG – PA nº 23527/2016/001/